

Prefeitura Municipal de Porto Nacional do Estado do Tocantins

PORTO NACIONAL-TO

Assistente Administrativo

AB056-19



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Porto Nacional do Estado do Tocantins

Assistente Administrativo

Edital N° 001/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Noções De Informática - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
Conhecimentos Regionais - Profº Heitor Ferreira
Legislação Pertinente ao Município de Porto Nacional/TO - Elaboração Interna
Conhecimentos Específicos - Profº Fernando Zantedeschi

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina
Érica Duarte
Leando Filho
Karina Fávaro

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina
Thais Regis
Danna Silva

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



NOVA
CONCURSOS
www.novaconcursos.com.br
sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.....	01
Tipologia textual.....	01
Ortografia oficial.....	23
Acentuação gráfica.....	26
Emprego das classes de palavras.....	31
Emprego do sinal indicativo de crase.....	122
Sintaxe da oração e do período.....	89
Pontuação.....	124
Concordância nominal e verbal.....	98
Regência nominal e verbal.....	104
Significação das palavras.....	01
Redação de correspondências oficiais.....	132

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conhecimentos de sistema operacional Windows.....	06
Internet e Intranet; Utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet;.....	42
Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.....	42
Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia (Microsoft Office).....	06
Conceitos básicos de segurança da informação.....	57

CONHECIMENTOS REGIONAIS

História e Geografia do Tocantins: povoamento e expansão através da exploração do ouro, da navegação, das atividades de mineração e da agropecuária.....	01
O processo de criação do Estado e suas diferentes fases (períodos Colonial, Imperial e Republicano).....	03
A construção da Rodovia Federal BR-153 e seus impactos na economia e sociedade tocaninenses. Organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	04
Hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes; patrimônio histórico e cultural, manifestações culturais.....	06
Movimentos políticos.....	09
Estudo da população e sua dinâmica populacional, migração, estrutura etária; indígenas e quilombolas.....	10
Vegetação, clima, hidrografia e relevo; matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte.....	11
Unidades de conservação; História e Geografia de Porto Nacional: localização geográfica e divisão política, vegetação, hidrografia e clima, meio ambiente e população.....	13
Urbanização e sociedade.....	14
Poderes: judiciário, legislativo e executivo.....	15

SUMÁRIO

Símbolos: brasão, bandeira e hino.....	16
Patrimônio histórico.....	17

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TO

Lei Orgânica do Município.....	01
Lei 1.435/93 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município) e alterações posteriores até a data de publicação deste Edital.....	28

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Administração Geral: Administração: conceitos e objetivos; níveis hierárquicos e competências gerenciais. Noções de Planejamento, organização, Direção e Controle.....	01
Noções de documentação: conceito, importância, natureza, finalidade, características, fases do processo de documentação e classificação.....	12
Noções de arquivo: conceito, tipos, importância, organização, conservação e proteção de documentos.....	17
Noções de Gestão de Pessoas: conceito; objetivos; recrutamento; seleção; treinamento.....	34
Noções de Administração de Materiais: conceitos. Noções fundamentais de compras.....	66
Licitação no serviço público: conceito; finalidade; princípios; modalidades; cadastro de fornecedores; noções básicas de almoxarifado e recebimento de materiais.....	79
Decreto Federal nº 5.378/2005 – Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.....	89
Noções de Direito Constitucional: Constituição; Conceito, classificações, princípios fundamentais.....	93
Direitos e garantias fundamentais.....	93
Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos.....	102
Organização político-administrativa; União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	122
Administração pública; Disposições gerais, servidores públicos.....	136
Noções de Direito Administrativo: Noções de organização administrativa; Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	155
Ato administrativo; Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.....	163
Poderes administrativos; Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder.....	170
Licitação; Princípios; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento.....	175
Noções de saúde pública, epidemiologia e saneamento.....	208

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos: informações explícitas e implícitas.....	01
Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais.....	01
Linguagem verbal e não verbal.....	01
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação.....	18
Ortografia oficial.....	23
Acentuação tônica e gráfica.....	26
Morfologia: estrutura e formação de palavras.....	29
Classes de palavras: emprego e funções.....	31
Colocação pronominal.....	31
Fatores de textualidade: coesão e coerência.....	72
Dialogismo entre textos: intertextualidade e paráfrase.....	74
Redação Oficial: normas para composição do texto oficial.....	77
Tipos de correspondência oficial.....	77
Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.....	89
Sintaxe de concordância verbal e nominal.....	98
Sintaxe de regência verbal e nominal.....	104
Norma-padrão e variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica histórica.....	109
Crase.....	122
Sinais de pontuação em períodos simples e compostos.....	124
A pontuação e o entendimento do texto.....	124
Semântica: polissemia, ambiguidade, denotação e conotação, figuras e funções de linguagem, vícios de linguagem.....	128
Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.....	132

**LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS:
INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS
LEITURA E ANÁLISE DE TEXTOS DE
DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS.
LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL.**

Interpretação Textual

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

Interpretar/Compreender

Interpretar significa:

Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.

Através do texto, infere-se que...

É possível deduzir que...

O autor permite concluir que...

Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.

O texto diz que...

É sugerido pelo autor que...

De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...

O narrador afirma...

Erros de interpretação

- **Extrapolação** (“viagem”) = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução** = é o oposto da extrapolação. **Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.**
- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação: Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão e Coerência

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.
- Leia o texto, pelo menos, duas vezes – ou quantas forem necessárias.
- Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).
- Volte ao texto quantas vezes precisar.
- Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.
- Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.
- Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.
- O autor defende ideias e você deve percebê-las.
- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.
- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.
- Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!
- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.
- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados vocábulos relatores, porque remetem a outros vocábulos do texto.

SITES

Disponível em: <<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>>

Disponível em: <<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>>

Disponível em: <<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>>

Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (EBSERH – Analista Administrativo – Estatística – AOCF-2015)

O verão em que aprendi a boiar

Quando achamos que tudo já aconteceu, novas capacidades fazem de nós pessoas diferentes do que éramos

IVAN MARTINS

Sei que a palavra da moda é precocidade, mas eu acredito em conquistas tardias. Elas têm na minha vida um gosto especial.

Quando aprendi a guiar, aos 34 anos, tudo se transformou. De repente, ganhei mobilidade e autonomia. A cidade, minha cidade, mudou de tamanho e de fisionomia. Descer a Avenida Rebouças num táxi, de madrugada, era diferente – e pior – do que descer a mesma avenida com as mãos ao volante, ouvindo *rock and roll* no rádio. Pegar a estrada com os filhos pequenos revelou-se uma delícia insuspeitada.

Talvez porque eu tenha começado tarde, guiar me parece, ainda hoje, uma experiência incomum. É um ato que, mesmo repetido de forma diária, nunca se banalizou inteiramente.

Na véspera do Ano Novo, em Ubatuba, eu fiz outra descoberta temporã.

Depois de décadas de tentativas inúteis e frustrantes, num final de tarde ensolarado eu conquistei o dom da flutuação. Nas águas cálidas e translúcidas da praia Brava, sob o olhar risonho da minha mulher, finalmente consegui boiar.

Não riam, por favor. Vocês que fazem isso desde os oito anos, vocês que já enjoaram da ausência de peso e esforço, vocês que não mais se surpreendem com a sensação de balançar ao ritmo da água – sinto dizer, mas vocês se esqueceram de como tudo isso é bom.

Nadar é uma forma de sobrepular a água e impor-se a ela. Boiar é fazer parte dela – assim como do sol e das montanhas ao redor, dos sons que chegam filtrados ao ouvido submerso, do vento que ergue a onda e lança água em nosso rosto. Boiar é ser feliz sem fazer força, e isso, curiosamente, não é fácil.

Essa experiência me sugeriu algumas considerações sobre a vida em geral.

Uma delas, óbvia, é que a gente nunca para de aprender ou de avançar. Intelectualmente e emocionalmente, de um jeito prático ou subjetivo, estamos sempre incorporando novidades que nos transformam. Somos geneticamente elaborados para lidar com o novo, mas não só. Também somos profundamente modificados por ele. A cada momento da vida, quando achamos que tudo já aconteceu, novas capacidades irrompem e fazem de nós uma pessoa diferente do que éramos. Uma pessoa capaz de boiar é diferente daquelas que afundam como pedras. Suspeito que isso tenha importância também para os relacionamentos.

Se a gente não congela ou enferruja – e tem gente que já está assim aos 30 anos – nosso repertório íntimo tende a se ampliar, a cada ano que passa e a cada nova relação. Penso em aprender a escutar e a falar, em olhar o outro, em tocar o corpo do outro com propriedade e deixar-se tocar sem susto. Penso em conter a nossa própria frustração e a nossa fúria, em permitir que o parceiro floresça, em dar atenção aos detalhes dele. Penso, sobretudo, em conquistar, aos poucos, a ansiedade e insegurança que nos bloqueiam o caminho do prazer, não apenas no sentido sexual. Penso em estar mais tranquilo na companhia do outro e de si mesmo, no mundo.

Assim como boiar, essas coisas são simples, mas precisam ser aprendidas.

Estar no interior de uma relação verdadeira é como estar na água do mar. Às vezes você nada, outras vezes você boia, de vez em quando, morto de medo, sente que pode afundar. É uma experiência que exige, ao mesmo tempo, relaxamento e atenção, e nem sempre essas coisas se combinam. Se a gente se põe muito tenso e cerebral, a relação perde a espontaneidade. Afunda. Mas, largada apenas ao sabor das ondas, sem atenção ao equilíbrio, a relação também naufraga. Há uma ciência sem cálculos que tem de ser assimilada a cada novo amor, por cada um de nós. Ela fornece a combinação exata de atenção e relaxamento que permite boiar. Quer dizer, viver de forma relaxada e consciente um grande amor.

Na minha experiência, esse aprendizado não se fez rapidamente. Demorou anos e ainda se faz. Talvez porque eu seja homem, talvez porque seja obtuso para as coisas do afeto. Provavelmente, porque sofro das limitações emocionais que muitos sofrem e que tornam as relações afetivas mais tensas e trabalhosas do que deveriam ser. Sabemos nadar, mas nos custa relaxar e ser felizes nas águas do amor e do sexo. Nos custa boiar.

A boa notícia, que eu redescobri na praia, é que tudo se aprende, mesmo as coisas simples que pareciam impossíveis.

Enquanto se está vivo e relação existe, há chance de melhorar. Mesmo se ela acabou, é certo que haverá outra no futuro, no qual faremos melhor: com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo.

O verão, afinal, está apenas começando. Todos os dias se pode tentar boiar.

<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/01/overao-em-que-aprendi-boiar.html>

De acordo com o texto, quando o autor afirma que "Todos os dias se pode tentar boiar.", ele refere-se ao fato de

- haver sempre tempo para aprender, para tentar relaxar e ser feliz nas águas do amor, agindo com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo.
- ser necessário agir com mais cautela nos relacionamentos amorosos para que eles não se desfaçam.
- haver sempre tempo para aprender a ser mais criterioso com seus relacionamentos, a fim de que eles sejam vividos intensamente.
- haver sempre tempo para aprender coisas novas, inclusive agir com o raciocínio nas relações amorosas.
- ser necessário aprender nos relacionamentos, porém sempre estando alerta para aquilo de ruim que pode acontecer.

Resposta: Letra A. Ao texto: (...) **tudo se aprende, mesmo as coisas simples que pareciam impossíveis. / Enquanto se está vivo e relação existe, há chance de melhorar** = sempre há tempo para boiar (aprender).

Em "a": haver sempre tempo para aprender, para tentar relaxar e ser feliz nas águas do amor, agindo com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo = correta.

Em "b": ser necessário agir com mais cautela nos relacionamentos amorosos para que eles não se desfaçam = incorreta – o autor propõe viver intensamente.

Em "c": haver sempre tempo para aprender a ser mais criterioso com seus relacionamentos, a fim de que eles sejam vividos intensamente = incorreta – ser menos objetivo nos relacionamentos.

Em "d": haver sempre tempo para aprender coisas novas, inclusive agir com o raciocínio nas relações amorosas = incorreta – ser mais emoção.

Em "e": ser necessário aprender nos relacionamentos, porém sempre estando alerta para aquilo de ruim que pode acontecer = incorreta – estar sempre cuidando, não pensando em algo ruim.

2. (BACEN – TÉCNICO – CONHECIMENTOS BÁSICOS – ÁREA 1 e 2 – CESPE-2013)

Uma crise bancária pode ser comparada a um vendaval. Suas consequências sobre a economia das famílias e das empresas são imprevisíveis. Os agentes econômicos relacionam-se em suas operações de compra, venda e troca de mercadorias e serviços de modo que cada fato econômico, seja ele de simples circulação, de transformação ou de consumo, corresponde à realização de ao menos uma operação de natureza monetária junto a um intermediário financeiro, em regra, um banco comercial que recebe um depósito, paga um cheque, desconta um título ou antecipa a realização de um crédito futuro. A estabilidade do sistema que intermedeia as operações monetárias, portanto, é fundamental para a própria segurança e estabilidade das relações entre os agentes econômicos.

A iminência de uma crise bancária é capaz de afetar e contaminar todo o sistema econômico, fazendo que os titulares de ativos financeiros fujam do sistema financeiro e se refugiem, para preservar o valor do seu patrimônio, em ativos móveis ou imóveis e, em casos extremos, em estoques crescentes de moeda estrangeira. Para se evitar esse tipo de distorção, é fundamental a manutenção da credibilidade no sistema financeiro. A experiência brasileira com o Plano Real é singular entre os países que adotaram políticas de estabilização monetária, uma vez que a reversão das taxas inflacionárias não resultou na fuga de capitais líquidos do sistema financeiro para os ativos reais.

Pode-se afirmar que a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional é a garantia de sucesso do Plano Real. Não existe moeda forte sem um sistema bancário igualmente forte. Não é por outra razão que a Lei n.º 4.595/1964, que criou o Banco Central do Brasil (BACEN), atribuiu-lhe simultaneamente as funções de zelar pela estabilidade da moeda e pela liquidez e solvência do sistema financeiro.

Atuação do Banco Central na sua função de zelar pela estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Internet: < www.bcb.gov.br > (com adaptações).

Conclui-se da leitura do texto que a comparação entre "crise bancária" e "vendaval" embasa-se na impossibilidade de se preverem as consequências de ambos os fenômenos.

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Certo. Conclui-se da leitura do texto que a comparação entre "crise bancária" e "vendaval" embasa-se na impossibilidade de se preverem as consequências de ambos os fenômenos.

Voltemos ao texto: *Uma crise bancária pode ser comparada a um vendaval. Suas consequências sobre a economia das famílias e das empresas são imprevisíveis.*

3. (BANPARÁ – ASSISTENTE SOCIAL – FADESP-2018)

Lastro e o Sistema Bancário

[...]

Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro. Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada. Com o tempo, os banqueiros se deram conta de que ninguém estava interessado em trocar dinheiro por ouro e criaram manobras, como a reserva fracional, para emprestar muito mais dinheiro do que realmente tinham em ouro nos cofres. Nas crises, como em 1929, todos queriam sacar dinheiro para pagar suas contas e os bancos quebravam por falta de fundos, deixando sem nada as pessoas que acreditavam ter suas economias seguramente guardadas.

Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro. Desde então, o dinheiro, na forma de cédulas e principalmente de valores em contas bancárias, já não tendo nenhuma riqueza material para representar, é criado a partir de empréstimos. Quando alguém vai até o banco e recebe um empréstimo, o valor colocado em sua conta é gerado naquele instante, criado a partir de uma decisão administrativa, e assim entra na economia. Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara em um relatório do *Bank of England* de 2014.

Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos. O que torna tudo mais estranho e perverso é que, sobre esse empréstimo, é cobrada uma dívida. Então, se eu peço dinheiro ao banco, ele inventa números em uma tabela com meu nome e pede que eu devolva uma quantidade maior do que essa. Para pagar a dívida, preciso ir até o dito "livre-mercado" e trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta de outras pessoas. Esse é o dinheiro que vai ser usado para pagar a dívida, já que a única fonte de moeda é o empréstimo bancário. No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei.

Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo escassa e abundante. Escassa porque só banqueiros podem criá-la, e abundante porque é gerada pela simples manipulação de bancos de dados. O resultado é uma acumulação de riqueza e poder sem precedentes: um mundo onde o patrimônio de 80 pessoas é maior do que o de 3,6 bilhões, e onde o 1% mais rico tem mais do que os outros 99% juntos.

[...]

Disponível em <https://fagulha.org/artigos/inventando-dinheiro/>

Acessado em 20/03/2018

De acordo com o autor do texto *Lastro e o sistema bancário*, a reserva fracional foi criada com o objetivo de

- tornar ilimitada a produção de dinheiro.
- proteger os bens dos clientes de bancos.
- impedir que os bancos fossem à falência.
- permitir o empréstimo de mais dinheiro
- preservar as economias das pessoas.

Resposta: Letra D. Ao texto: (...) Com o tempo, os banqueiros se deram conta de que ninguém estava interessado em trocar dinheiro por ouro e criaram manobras, como a reserva fracional, para emprestar muito mais dinheiro do que realmente tinham em ouro nos cofres. Em "a", tornar ilimitada a produção de dinheiro = incorreta
Em "b", proteger os bens dos clientes de bancos = incorreta
Em "c", impedir que os bancos fossem à falência = incorreta
Em "d", permitir o **empréstimo de mais dinheiro** = correta
Em "e", preservar as economias das pessoas = incorreta

4. (BANPARÁ – ASSISTENTE SOCIAL – FADESP-2018) A leitura do texto permite a compreensão de que

- as dívidas dos clientes são o que sustenta os bancos.
- todo o dinheiro que os bancos emprestam é imaginário.
- quem pede um empréstimo deve a outros clientes.
- o pagamento de dívidas depende do "livre-mercado".
- os bancos confiscam os bens dos clientes endividados.

Resposta: Letra A.

Em "a", **as dívidas dos clientes são o que sustenta os bancos** = correta
Em "b", todo o dinheiro que os bancos emprestam é imaginário = nem todo
Em "c", quem pede um empréstimo deve a outros clientes = deve ao banco, este paga/empresta a outros clientes
Em "d", o pagamento de dívidas depende do "livre-mercado" = não só: (...) preciso ir até o dito "livre-mercado" **e trabalhar, lutar, talvez trapacear.**
Em "e", os bancos confiscam os bens dos clientes endividados = desde que não paguem a dívida

5. (BANESTES – ANALISTA ECONÔMICO FINANCEIRO GESTÃO CONTÁBIL – FGV-2018) Observe a charge abaixo, publicada no momento da intervenção nas atividades de segurança do Rio de Janeiro, em março de 2018.



CHARGEONLINE.com.br © Copyright do autor

ÍNDICE

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software, instalação de periféricos.....	01
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office, versões 2010, 2013 e 365).....	06
Noções de sistema operacional (ambiente Windows, versões 7, 8 e 10).....	35
Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.	42
Programas de navegação: Mozilla Firefox e Google Chrome.	42
Programa de correio eletrônico: MS Outlook.	42
Sítios de busca e pesquisa na Internet.....	42
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	57
Segurança da informação: procedimentos de segurança.	57
Noções de vírus, worms e pragas virtuais.....	59
Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).	59
Procedimentos de backup.	63

CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INFORMÁTICA: TIPOS DE COMPUTADORES, CONCEITOS DE HARDWARE E DE SOFTWARE, INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS.

A Informática é um meio para diversos fins, com isso acaba atuando em todas as áreas do conhecimento. A sua utilização passou a ser um diferencial para pessoas e empresas, visto que, o controle da informação passou a ser algo fundamental para se obter maior flexibilidade no mercado de trabalho. Logo, o profissional, que melhor integrar sua área de atuação com a informática, atingirá, com mais rapidez, os seus objetivos e, consequentemente, o seu sucesso, por isso em quase todos editais de concursos públicos temos Informática.



#FicaDica

Informática pode ser considerada como significando "informação automática", ou seja, a utilização de métodos e técnicas no tratamento automático da informação. Para tal, é preciso uma ferramenta adequada: O computador.

A palavra informática originou-se da junção de duas outras palavras: informação e automática. Esse princípio básico descreve o propósito essencial da informática: trabalhar informações para atender as necessidades dos usuários de maneira rápida e eficiente, ou seja, de forma automática e muitas vezes instantânea.

O que é um computador?

O computador é uma máquina que processa dados, orientado por um conjunto de instruções e destinado a produzir resultados completos, com um mínimo de intervenção humana. Entre vários benefícios, podemos citar:

- : grande velocidade no processamento e disponibilização de informações;
- : precisão no fornecimento das informações;
- : propicia a redução de custos em várias atividades
- : próprio para execução de tarefas repetitivas;

Como ele funciona?

Em informática, e mais especialmente em computadores, a organização básica de um sistema será na forma de:



Figura 1: Etapas de um processamento de dados.

Vamos observar agora, alguns pontos fundamentais para o entendimento de informática em concursos públicos.

Hardware, são os componentes físicos do computador, ou seja, tudo que for tangível, ele é composto pelos periféricos, que podem ser de entrada, saída, entrada-saída ou apenas saída, além da CPU (Unidade Central de Processamento)

Software, são os programas que permitem o funcionamento e utilização da máquina (hardware), é a parte lógica do computador, e pode ser dividido em Sistemas Operacionais, Aplicativos, Utilitários ou Linguagens de Programação.

O primeiro software necessário para o funcionamento de um computador é o Sistema Operacional (Sistema Operacional). Os diferentes programas que você utiliza em um computador (como o Word, Excel, PowerPoint etc) são os aplicativos. Já os utilitários são os programas que auxiliam na manutenção do computador, o antivírus é o principal exemplo, e para finalizar temos as Linguagens de Programação que são programas que fazem outros programas, como o JAVA por exemplo.

Importante mencionar que os softwares podem ser livres ou pagos, no caso do livre, ele possui as seguintes características:

- O usuário pode executar o software, para qualquer uso.
- Existe a liberdade de estudar o funcionamento do programa e de adaptá-lo às suas necessidades.
- É permitido redistribuir cópias.
- O usuário tem a liberdade de melhorar o programa e de tornar as modificações públicas de modo que a comunidade inteira beneficie da melhoria.

Entre os principais sistemas operacionais pode-se destacar o Windows (Microsoft), em suas diferentes versões, o Macintosh (Apple) e o Linux (software livre criado pelo finlandês Linus Torvalds), que apresenta entre suas versões o Ubuntu, o Linux Educacional, entre outras.

É o principal software do computador, pois possibilita que todos os demais programas operem.



#FicaDica

Android é um Sistema Operacional desenvolvido pelo Google para funcionar em dispositivos móveis, como Smartphones e Tablets. Sua distribuição é livre, e qualquer pessoa pode ter acesso ao seu código-fonte e desenvolver aplicativos (apps) para funcionar neste Sistema Operacional. iOS, é o sistema operacional utilizado pelos aparelhos fabricados pela Apple, como o iPhone e o iPad.

Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs)

Os gabinetes são dotados de fontes de alimentação de energia elétrica, botão de ligar e desligar, botão de reset, baias para encaixe de drives de DVD, CD, HD, saídas de ventilação e painel traseiro com recortes para encaixe de placas como placa mãe, placa de som, vídeo, rede, cada vez mais com saídas USBs e outras.

No fundo do gabinete existe uma placa de metal onde será fixada a placa mãe. Pelos furos nessa placa é possível verificar se será possível ou não fixar determinada placa mãe em um gabinete, pois eles têm que ser proporcionais aos furos encontrados na placa mãe para parafusá-la ou encaixá-la no gabinete.



#FicaDica

Placa-mãe, é a placa principal, formada por um conjunto de circuitos integrados ("chip set") que reconhece e gerencia o funcionamento dos demais componentes do computador.

Se o processador pode ser considerado o "cérebro" do computador, a placa-mãe (do inglês motherboard) representa a espinha dorsal, interligando os demais periféricos ao processador.

O disco rígido, do inglês *hard disk*, também conhecido como HD, serve como unidade de armazenamento permanente, guardando dados e programas.

Ele armazena os dados em discos magnéticos que mantêm a gravação por vários anos, se necessário.

Esses discos giram a uma alta velocidade e tem seus dados gravados ou acessados por um braço móvel composto por um conjunto de cabeças de leitura capazes de gravar ou acessar os dados em qualquer posição nos discos.

Dessa forma, os computadores digitais (que trabalham com valores discretos) são totalmente binários. Toda informação introduzida em um computador é convertida para a forma binária, através do emprego de um código qualquer de armazenamento, como veremos mais adiante.

A menor unidade de informação armazenável em um computador é o algarismo binário ou dígito binário, conhecido como bit (contração das palavras inglesas binarydigit). O bit pode ter, então, somente dois valores: 0 e 1.

Evidentemente, com possibilidades tão limitadas, o bit pouco pode representar isoladamente; por essa razão, as informações manipuladas por um computador são codificadas em grupos ordenados de bits, de modo a terem um significado útil.

O menor grupo ordenado de bits representando uma informação útil e inteligível para o ser humano é o byte (leia-se "baite").

Como os principais códigos de representação de caracteres utilizam grupos de oito bits por caracter, os conceitos de byte e caracter tornam-se semelhantes e as palavras, quase sinônimas.

É costume, no mercado, construírem memórias cujo acesso, armazenamento e recuperação de informações são efetuados byte a byte. Por essa razão, em anúncios de computadores, menciona-se que ele possui "512 mega bytes de memória"; por exemplo, na realidade, em face desse costume, quase sempre o termo byte é omitido por já subentender esse valor.

Para entender melhor essas unidades de memórias, veja a imagem abaixo:

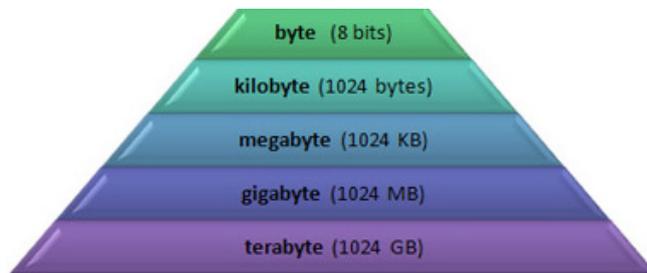


Figura 2: Unidade de medida de memórias

Em resumo, a cada degrau que você desce na Figura 3 é só você dividir por 1024 e a cada degrau que você sobe basta multiplicar por 1024. Vejamos dois exemplos abaixo:

Destacar essa tabela

Transformar 4 <u>gigabytes</u> em <u>kilobytes</u> : $4 * 1024 = 4096$ megabytes $4096 * 1024 = 4194304$ kilobytes.	Transformar 16422282522 <u>kilobytes</u> em <u>terabytes</u> : $16422282522 / 1024 = 16037385,28$ megabytes $16037385,28 / 1024 = 15661,51$ gigabytes $15661,51 / 1024 = 15,29$ terabytes.
---	---

USB é abreviação de "Universal Serial Bus". É a porta de entrada mais usada atualmente.

Além de ser usado para a conexão de todo o tipo de dispositivos, ele fornece uma pequena quantidade de energia. Por isso permite que os conectores USB sejam usados por carregadores, luzes, ventiladores e outros equipamentos.

A fonte de energia do computador ou, em inglês é responsável por converter a voltagem da energia elétrica, que chega pelas tomadas, em voltagens menores, capazes de ser suportadas pelos componentes do computador.

Monitor de vídeo

Normalmente um dispositivo que apresenta informações na tela de LCD, como um televisor atual.

Outros monitores são sensíveis ao toque (chamados de touchscreen), onde podemos escolher opções tocando em botões virtuais, apresentados na tela.

Impressora

Muito popular e conhecida por produzir informações impressas em papel.

Atualmente existem equipamentos chamados impressoras multifuncionais, que comportam impressora, scanner e fotocopiadoras num só equipamento.

Pen drive é a mídia portátil mais utilizada pelos usuários de computadores atualmente.

Ele não precisa recarregar energia para manter os dados armazenados. Isso o torna seguro e estável, ao contrário dos antigos disquetes. É utilizado através de uma porta USB (Universal Serial Bus).

Cartões de memória, são baseados na tecnologia flash, semelhante ao que ocorre com a memória RAM do computador, existe uma grande variedade de formato desses cartões.

São muito utilizados principalmente em câmeras fotográficas e telefones celulares. Podem ser utilizados também em microcomputadores.



#FicaDica

BIOS é o Basic Input/Output System, ou Sistema Básico de Entrada e Saída, trata-se de um mecanismo responsável por algumas atividades consideradas corriqueiras em um computador, mas que são de suma importância para o correto funcionamento de uma máquina.

Se a BIOS para de funcionar, o PC também para! Ao iniciar o PC, a BIOS faz uma varredura para detectar e identificar todos os componentes de hardware conectados à máquina.

Só depois de todo esse processo de identificação é que a BIOS passa o controle para o sistema operacional e o boot acontece de verdade.

Diferentemente da memória RAM, as memórias ROM (Read Only Memory – Memória Somente de Leitura) não são voláteis, mantendo os dados gravados após o desligamento do computador.

As primeiras ROM não permitiam a regravação de seu conteúdo. Atualmente, existem variações que possibilitam a regravação dos dados por meio de equipamentos especiais. Essas memórias são utilizadas para o armazenamento do BIOS.

O processador que é uma peça de computador que contém instruções para realizar tarefas lógicas e matemáticas. O processador é encaixado na placa mãe através do socket, ele que processa todas as informações do computador, sua velocidade é medida em Hertz e os fabricantes mais famosos são Intel e AMD.

O processador do computador (ou CPU – Unidade Central de Processamento) é uma das partes principais do hardware do computador e é responsável pelos cálculos, execução de tarefas e processamento de dados.

Contém um conjunto de restritos de células de memória chamados registradores que podem ser lidos e escritos muito mais rapidamente que em outros dispositivos de memória. Os registradores são unidades de memória que representam o meio mais caro e rápido de armazenamento de dados. Por isso são usados em pequenas quantidades nos processadores.

Em relação a sua arquitetura, se destacam os modelos RISC (Reduced Instruction Set Computer) e CISC (Complex Instruction Set Computer). Segundo Carter [s.d.]:

... RISC são arquiteturas de carga-armazenamento, enquanto que a maior parte das arquiteturas CISC permite que outras operações também façam referência à memória.

Possuem um clock interno de sincronização que define a velocidade com que o processamento ocorre. Essa velocidade é medida em Hertz. Segundo Amigo (2008):

Em um computador, a velocidade do clock se refere ao número de pulsos por segundo gerados por um oscilador (dispositivo eletrônico que gera sinais), que determina o tempo necessário para o processador executar uma instrução. Assim para avaliar a performance de um processador, medimos a quantidade de pulsos gerados em 1 segundo e, para tanto, utilizamos uma unidade de medida de frequência, o Hertz.

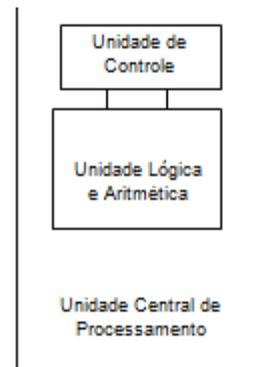


Figura 3: Esquema Processador

Na placa mãe são conectados outros tipos de placas, com seus circuitos que recebem e transmite dados para desempenhar tarefas como emissão de áudio, conexão à Internet e a outros computadores e, como não poderia faltar, possibilitar a saída de imagens no monitor.

Essas placas, muitas vezes, podem ter todo seu hardware reduzido a chips, conectados diretamente na placa mãe, utilizando todos os outros recursos necessários, que não estão implementados nesses chips, da própria motherboard. Geralmente esse fato implica na redução da velocidade, mas hoje essa redução é pouco considerada, uma vez que é aceitável para a maioria dos usuários.

No entanto, quando se pretende ter maior potência de som, melhor qualidade e até aceleração gráfica de imagens e uma rede mais veloz, a opção escolhida são as placas off board. Vamos conhecer mais sobre esse termo e sobre as placas de vídeo, som e rede:

Placas de vídeo são hardwares específicos para trabalhar e projetar a imagem exibida no monitor. Essas placas podem ser onboard, ou seja, com chipset embutido na

placa mãe, ou off board, conectadas em slots presentes na placa mãe. São considerados dispositivos de saída de dados, pois mostram ao usuário, na forma de imagens, o resultado do processamento de vários outros dados.

Você já deve ter visto placas de vídeo com especificações 1x, 2x, 8x e assim por diante. Quanto maior o número, maior será a quantidade de dados que passarão por segundo por essa placa, o que oferece imagens de vídeo, por exemplo, com velocidade cada vez mais próxima da realidade. Além dessa velocidade, existem outros itens importantes de serem observados em uma placa de vídeo: aceleração gráfica 3D, resolução, quantidade de cores e, como não poderíamos esquecer, qual o padrão de encaixe na placa mãe que ela deverá usar (atualmente seguem opções de PCI ou AGP). Vamos ver esses itens um a um:

Placas de som são hardwares específicos para trabalhar e projetar a sons, seja em caixas de som, fones de ouvido ou microfone. Essas placas podem ser onboard, ou seja, com chipset embutido na placa mãe, ou offboard, conectadas em slots presentes na placa mãe. São dispositivos de entrada e saída de dados, pois tanto permitem a inclusão de dados (com a entrada da voz pelo microfone, por exemplo) como a saída de som (através das caixas de som, por exemplo).

Placas de rede são hardwares específicos para integrar um computador a uma rede, de forma que ele possa enviar e receber informações. Essas placas podem ser onboard, ou seja, com chipset embutido na placa mãe, ou offboard, conectadas em slots presentes na placa mãe.



#FicaDica

Alguns dados importantes a serem observados em uma placa de rede são: a arquitetura de rede que atende os tipos de cabos de rede suportados e a taxa de transmissão.

Periféricos de computadores

Para entender o suficiente sobre periféricos para concurso público é importante entender que os periféricos são os componentes (hardwares) que estão sempre ligados ao centro dos computadores.

Os periféricos são classificados como:

Dispositivo de Entrada: É responsável em transmitir a informação ao computador. Exemplos: mouse, scanner, microfone, teclado, Web Cam, Trackball, Identificador Biométrico, Touchpad e outros.

Dispositivos de Saída: É responsável em receber a informação do computador. Exemplos: Monitor, Impressoras, Caixa de Som, Ploter, Projector de Vídeo e outros.

Dispositivo de Entrada e Saída: É responsável em transmitir e receber informação ao computador. Exemplos: Drive de Disquete, HD, CD-R/RW, DVD, Blu-ray, modem, Pen-Drive, Placa de Rede, Monitor Táctil, Dispositivo de Som e outros.



#FicaDica

Periféricos sempre podem ser classificados em três tipos: entrada, saída e entrada e saída.



EXERCÍCIOS COMENTADOS



Considerando a figura acima, que ilustra as propriedades de um dispositivo USB conectado a um computador com sistema operacional Windows 7, julgue os itens a seguir

1) Escrivão de Polícia CESPE 2013

As informações na figura mostrada permitem inferir que o dispositivo USB em questão usa o sistema de arquivo NTFS, porque o fabricante é Kingston.

() Certo () Errado

Resposta: Errado - Por padrão os pendrives (de baixa capacidade) são formatados no sistema de arquivos FAT, mas a marca do dispositivo ou mesmo a janela ilustrada não apresenta informações para afirmar sobre qual sistema de arquivos está sendo utilizado.

2) Escrivão de Polícia CESPE 2013

Ao se clicar o ícone  USB Mass Storage Device, será mostrado, no Resumo das Funções do Dispositivo, em que porta USB o dispositivo está conectado.

() Certo () Errado

Resposta: Certo - Ao se clicar no ícone citado será demonstrada uma janela com informações/propriedades do dispositivo em questão, uma das informações que aparecem na janela é a porta em que o dispositivo USB foi/está conectado.

3) Escrivão de Polícia CESPE 2013

Um clique duplo em  Kingston DataTraveler 2.0 USB Device fará que seja disponibilizada uma janela contendo funcionalidades para a formatação do dispositivo USB.

() Certo () Errado

ÍNDICE

CONHECIMENTOS REGIONAIS

História e Geografia do Tocantins: povoamento e expansão através da exploração do ouro, da navegação, das atividades de mineração e da agropecuária.....	01
O processo de criação do Estado e suas diferentes fases (períodos Colonial, Imperial e Republicano).....	03
A construção da Rodovia Federal BR-153 e seus impactos na economia e sociedade tocaninenses. Organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	04
Hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes; patrimônio histórico e cultural, manifestações culturais.....	06
Movimentos políticos.....	09
Estudo da população e sua dinâmica populacional, migração, estrutura etária; indígenas e quilombolas.....	10
Vegetação, clima, hidrografia e relevo; matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte.....	11
Unidades de conservação; História e Geografia de Porto Nacional: localização geográfica e divisão política, vegetação, hidrografia e clima, meio ambiente e população.....	13
Urbanização e sociedade.....	14
Poderes: judiciário, legislativo e executivo.....	15
Símbolos: brasão, bandeira e hino.....	16
Patrimônio histórico.....	17

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS: POVOAMENTO E EXPANSÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO OURO, DA NAVEGAÇÃO, DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO E DA AGROPECUÁRIA.

O processo de formação do Estado de Tocantins, remonta ao processo de colonização do território nacional brasileiro, sendo assim, no século XVI, dentro do contexto da política mercantilista que concentrava no comércio, o acúmulo de riquezas, e nas posses de colônias e metais preciosos, surge inerente à chegada do Portugueses ao Brasil, e com isso, o processo de ocupação do hoje conhecido estado do Tocantins.

Dentro dessa configuração, podemos destacar a fase pré-colonial cuja maior referência é a chegada dos colonizadores em 22 de abril de 1500, traz a luz fatos interessantes que permeiam o início do processo de colonização das regiões que deram origem ao estado. Assim sendo, com o Tratado de Tordesilhas, que dividia terras recentemente descobertas em meados de 1494, trairia o rei de Portugal, de forma que mais tarde por medo de perder seu mais novo território para outros países organizara sua primeira expedição comandada por Martin Afonso de Sousa, isso em 1530, já que suas chamadas expedições Guarda-costas, não apresentaram resultados contra os corsários e piratas que contrabandeavam o Pau-brasil.

Para conseguir organizar a colônia e obter uma nova característica, a metrópole portuguesa, precisava organizar um sistema administrativo no Brasil, com isso, vamos entender as seguintes formas organizacionais do Brasil com o advento da fase Colonial em 1530.

As Câmaras Municipais foram a primeira organização sistemática do poder, exercida no Brasil no período colonial. Em São Vicente, ocorreu a primeira Câmara Municipal, composta pelos "homens bons", que eram membros da elite portuguesa na organização, administração e exercendo um poder local.

Dentro das funções dessa câmara, estava a zelar pela estrutura local, construir obras públicas, criar regras para o comércio, realizar ações judiciais, resolver problemas locais, zelar pela conservação de bens públicos e também da limpeza urbana.

Essa organização, foi responsável pelo começo efetivo da colonização do Brasil, haja visto que nos primeiros trinta anos que antecede a fase colonial, o país não era visto como uma potência em desenvolvimento, pois as Índias ainda proporcionavam mais lucros a metrópole portuguesa. Mas, com criação desse sistema, a Coroa portuguesa começa a possuir uma melhor estrutura para organizar e garantir o processo de ocupação do território brasileiro, que na ocasião era sua colônia.

Posteriormente, houve a criação das Capitâneas Hereditárias foi uma articulação política realizada por Dom João III, na ocasião, ele visava ocupar em totalidade o território brasileiro, evitando assim que houve a invasão de países inimigos.

Sua criação ocorre no âmbito de evitar uma ocupação da colônia brasileira, afinal o território era muito vasto e a ocupação era mínima, chegando apenas na porção litorânea. Com a formação das Capitâneas, o poder passou a ser distribuído de maneira descentralizada, pois cada donatário tinha autonomia sobre a sua capitania.

Essa organização, promoveu uma nova fase de desenvolvimento na nova colônia portuguesa, agora com essa divisão em 14 capitâneas, sendo distribuídas para 12 donatários, a quantidade menor de donatários, deixa claro que os portugueses ainda não viam no Brasil um lugar de grande projeção e lucros a metrópole.

Após a Capitâneas Hereditárias não obterem um grande sucesso, a coroa portuguesa vai centralizar o poder no Brasil na formação do Governo Geral.

O envio de Tomé de Souza, inaugurou um novo período para história política do Brasil Colonial, essa nova organização tem um caráter centralizador, sendo assim, o governo geral vai coexistir com as capitâneas, mas a partir da sua criação, é muito notável o processo de centralização administrativa da colônia.

Dom João III visava proporcionar um maior controle sobre a sua colônia, portanto essa centralização política/administrativa tendia aumentar a exploração e os lucros para a metrópole.

Além do cargo de Governador Geral, foi criado outros cargos auxiliares para facilitar o controle do território brasileiro que era muito vasto, foram criados os cargos de Ouvidor-mor, Provedor-mor e Capitão-mor.

Cargos tinham as seguintes atribuições: Ouvidor-mor fica responsável pela justiça da colônia, e repassava tudo ao Governo Geral, o mesmo passava tudo a metrópole. Já o Provedor-mor controla as finanças da província e os impostos, garantido assim o efetivo lucro para a metrópole, já o Capitão-mor realizava a defesa, proporcionando assim, uma segurança a colônia, evitando invasões e levantes na colônia.

Assim sendo, com o estabelecimento do Governo Geral, o rei de Portugal passava a ter seus "olhos e ouvidos" na colônia, pois esse repassava tudo a ele, evitando desvios ou prejuízos a metrópole. Contudo, não podemos parar por aí, na fase pré-colonial, devemos lembrar que na época do Brasil Colônia, nosso território era administrado pela metrópole tanto politicamente quanto economicamente. Tudo era fornecido e consumido pela corte e concidadãos metropolitanos, quer fossem metais preciosos ou produtos tropicais eram os tais quem os adquiriam.

Desta forma, Portugal tinha planos de colonizar suas novas terras, e o processo deu-se pela costa, dando-se prioridade ao plantio da cana de açúcar, na época principal produto de exportação da coroa portuguesa. Mas esse ponto de vista deu aos também interessados na nova terra, oportunidade de ingressarem pelo interior do Brasil; franceses, britânicos e neerlandeses pela região nordeste, onde eles estabeleceriam colônias como base de suas futuras explorações. Não é preciso dizer que o clima tropical da nova terra, principalmente do Nordeste, favoreceu o cultivo da cana que após transformada em açúcar tinha enorme aceitação no mercado europeu, e assim, Portugal lucraria muito com a produção no Brasil.

Com o declínio do açúcar, após a União Ibérica (1580-1640), a metrópole passou a investir no bandeirantismo, em busca de metais preciosos na sua colônia. Assim sendo, em 1730 e 1740 foram décadas importantes ocorrendo as descobertas de ouro no lado norte de Goiás, formando os primeiros arraiais no território do hoje estado do Tocantins (Natividade e Almas 1734, Arraias e Chapada 1736, Porto Real e Pontal 1738). Em 1740, Conceição, Carmo, Taboca e mais tarde Príncipe este último em 1770. Alguns como: Príncipe, Taboca e Pontal foram extintos. Outros resistiram ao fim da mineração e no século XIX tornaram-se vilas e mais tarde cidades.

Além dos aspectos econômicos já citados acima, precisamos realçar a importância do desenvolvimento da pecuária no período colonial aconteceu com o próprio processo de colonização, quando os portugueses trouxeram as primeiras reses para a realização da tração animal, o consumo local e o transporte de cargas e pessoas. Com o passar do tempo, o aumento dessa população bovina gerou um problema aos plantadores de cana. Afinal de contas, o gado acabava ocupando um espaço que era originalmente reservado ao desenvolvimento da economia açucareira.

Assim sendo, com o passar do tempo, a criação de gado passou a ocupar regiões do interior do território que não interferissem na produção de açúcar do litoral. Tal experiência, ocorrida principalmente na região Nordeste, fez com que os primeiros criadores de gado adentrassem o território e rompessem com os limites do Tratado de Tordesilhas. No século XVIII, essa experiência foi potencializada por um decreto da Coroa Portuguesa que proibia a criação de gado em uma faixa de terras de oitenta quilômetros, da costa até o interior.

Por conseguinte, seguindo o fluxo de diferentes rios, os criadores de gado adentravam o território e, conseqüentemente, expandiam involuntariamente as possessões coloniais. Ao mesmo tempo em que favoreciam o alargamento das fronteiras, a atividade pecuarista desenvolvia relações sociais e econômicas que se distanciavam dos padrões tradicionalmente ditados pelas plantations agroexportadoras e escravistas do litoral brasileiro.

Comumente, os trabalhadores ligados à pecuária eram brancos, mestiços, índios e escravos alforriados. A existência de escravos era minoritária e grande parte desses trabalhadores, na qualidade de vaqueiros e peões, recebiam uma compensação financeira, considerada regular, pelos seus serviços. Os vaqueiros, que coordenavam as atividades junto ao gado e comandavam os peões, recebiam um quarto das crias do rebanho nascidas ao longo de um período de quatro ou cinco anos.

Com isso, por meio desse sistema, vemos que a pecuária colonial também era marcada por interessante mobilidade social, que permitia que os vaqueiros se tornassem donos do seu próprio rebanho. Paralelamente, vemos que a pecuária colonial destoava das políticas econômicas privilegiadas pela Coroa Portuguesa. Ao invés de produzir riqueza visando à conquista do mercado externo, a pecuária desse tempo concentrava-se no abastecimento das cidades e outros povoamentos do território brasileiro.

Assim, através da consolidação da economia mineiradora, observamos que a pecuária passava também a

atingir a região Sul do nosso território. As condições do relevo e da vegetação desse espaço motivaram a fundação de fazendas de gado voltadas para o abastecimento de vários centros urbanos, formados nesse período. Além do charque, um tipo de carne seca, os pecuaristas dessa região também lucravam com a exportação de couro e animais de transporte.

Destarte, com a crise mineradora, notamos que a pecuária se espalhou por outras regiões do território brasileiro, como Goiás, Minas e Mato Grosso. Nesse momento, a pecuária já ocupava uma posição sólida no desenvolvimento da economia. Além de contar com características próprias, a pecuária nos revela traços de nossa colonização que extrapolam os limites do interesse metropolitano e da exploração voltada para as grandes potências.



FIQUE ATENTO!

O desenvolvimento da pecuária dentro do Brasil Colônia, passa por dois momentos distintos, afinal, dentro do Ciclo do Açúcar, a pecuária era oriunda da porção interiorana do Nordeste, e já no advento do Ciclo do Ouro, ela vem da região Sul, através dos transportes de mares.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. Marque a alternativa correta sobre os aspectos econômicos do Tocantins.
 - a) O setor industrial é o principal responsável pelo Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins.
 - b) A atividade agrícola no Tocantins é pouco desenvolvida, e a produção não é suficiente para atender a demanda interna.
 - c) Assim como os outros estados da Região Norte, o Tocantins não possui riquezas minerais.
 - d) A agropecuária é uma atividade de fundamental importância para a economia tocantinense, sendo responsável pela maioria das exportações, com destaque para a carne bovina e a soja.

Resposta: Letra D

- a) Falso – A indústria tem participação de aproximadamente 25% no PIB tocantinense. Já o setor de serviços responde por 58% da riqueza estadual.
- b) Falso – A agricultura no Tocantins é uma atividade de grande importância. A cana-de-açúcar, milho, soja e arroz estão entre os principais produtos de exportação do estado.
- c) Falso – A mineração é uma atividade elementar para a economia de vários estados da Região Norte, especialmente do Pará. O Tocantins possui reservas de ouro, calcário, entre outros minérios.
- d) Verdadeiro – Os produtos oriundos da agropecuária respondem por cerca de 99% das exportações do estado. Os maiores destaques são a carne bovina, a soja, a cana-de-açúcar, o milho e o arroz.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ESTADO E SUAS DIFERENTES FASES (PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO).

Quando pensamos em processo de formação do atual Estado de Tocantins, preciso entender que ele fazia da parte do atual Estado de Goiás, vindo a obter sua emancipação apenas na República Nova.

Sendo assim, O Estado do Tocantins foi criado pela Constituição de 1988, sendo emancipado do Estado de Goiás neste mesmo ano. No entanto este sonho já vinha desde o século XVII, seduzidos pelo canal de transporte que o rio Tocantins representava para o desenvolvimento do interior do Brasil

Com isso, podemos destacar a região de Sant'Ana, que depois seria chamada de Vila Boa e mais tarde, Cidade de Goiás era resultado da crescente migração em busca de ouro naquela região. Uma estrutura social, política e econômica estava surgindo ali. Dez anos se passariam e em 1736, e 10.263 escravos seriam encontrados nas minas.

Com isso, a cidade que se tornaria, 200 anos mais tarde capital do território tinha uma densidade irregular e instável. Apenas três zonas povoaram-se com certa regularidade, sendo elas: Centro-sul, que era composta por Sta. Cruz, Sta. Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa e Arraias, Pirenópolis chegou a disputar a categoria de Sede do Governo, dada sua importância como centro de comunicações; A segunda zona era na região de Tocantins, composta por Alto do Tocantins ou Maranhão, Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, etc. Enfim mais ao norte a capitania atingia uma extensa zona entre o Tocantins e os chapadões limitando-se com a Bahia. Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade, São José do Duro (Dianópolis), e Porto Real (Porto Nacional) o arraial mais setentrional.

Seguindo essa perspectiva, em 1808 Dom João VI criou por meio de um despacho a capitania-comarca de São João das Duas Barras estabelecendo a capital nas freguesias de São João das Duas Barra (homônima) e Vila de Palma. Esta compreendia os territórios do estado brasileiro do Tocantins, na época capitania de "Goyaz", e a porção sul da capitania do Grão-Pará. Em 1814 São João das Duas Barras perde o status de capitania, vinculando-se administrativamente a capitania de "Goyaz". A capitania-comarca foi o embrião do atual estado do Tocantins.

Desta forma, no recorte histórico que remonta o final do período monárquico em 1889 até 1930, o povoamento se intensificou graças à atividade agrícola e à construção de ferrovias, que contribuiu para o desenvolvimento das regiões sul, sudeste e sudoeste do estado. Novos povoados se formam a partir de 1888 e, até 1930, 12 novos municípios são constituídos e posteriormente derrubados por índios daquela região. Sendo assim, em decorrência da agropecuária extensiva formaram-se os latifúndios, com suas implicações econômicas e sociais. No campo predominaram características semifeudais. No norte, região mais desabitada, reinou certa instabilidade, motivada pelo banditismo de jagunços e pela luta dos coronéis.

Portanto, partir de 1930, sobe ao governo de Goiás o interventor Pither M. G. Duarte, que tinha como meta principal a mudança da capital, que até então se localizava em Vila Boa, atual Cidade de Goiás. Em dezembro de 1932 foi decretada a mudança da sede do governo para um local próximo da cidade de Anápolis, que iria receber em breve a *Estrada de Ferro de Goiás*.

Com isso, a fundação da nova capital do Estado, Goiânia, ocorreu em 1937. A mudança foi determinada por motivos administrativos e econômicos, pois com a chegada da estrada de ferro a Anápolis em 1935, houve um rápido crescimento populacional da região sul do estado, em razão de sucessivas migrações de nordestinos, mineiros e paulistas, fazendo com que a região Centro Oeste se interligasse definitivamente à região Sudeste do Brasil. Além das motivações políticas e econômicas, a transferência da capital de Goiás para Goiânia possui uma motivação cultural também, entrando no âmbito da memória histórica. Segundo a historiografia, o passado colonial de Goiás foi marcado pela extração aurífera e a sua decadência trouxe profundas marcas para a memória de Goiás. Goiânia era, então, o retrato do novo, da modernização, das possibilidades de construção de uma nova história. Já para a cidade de Goiás restava conviver com a memória do velho, do período colonial e da extração do ouro.

Seguindo essa lógica de crescimento e expansão, os anos posteriores a Vargas, ocorreu eletrificação com a criação das Centrais Elétricas de Goiás S.A. em 1955 e a conclusão da usina do Rochedo em 1956, contribuíram para o aceleração da urbanização e permitiram os primeiros passos rumo a industrialização. Embora a pecuária fosse a base da economia e a agricultura visada à exportação já começasse a se desenvolver.

Assim sendo, até o final da década de 1950 a indústria é extrativista. No sudoeste afloram os garimpos de diamantes. Ao norte, na região do Araguaia, a exploração de cristal de rocha tem seu ápice durante a II Guerra Mundial, graças as condições de exportação. Em 1960 no governo de José Feliciano Ferreira, foi criado o Departamento Estadual de Saneamento, hoje Saneamento de Goiás S/A., com isso, em Goiás e Meia Ponte, atual Pirenópolis, utilizavam-se chafariz que captavam água de córregos da região.

Logo, durante o governo de Mauro Borges Teixeira (1961-1964) foi empreendida a primeira tentativa de planificação administrativa e econômica, com base na exploração do potencial mineralógico, sob os cuidados do Estado, através da Metais de Goiás S/A, no aproveitamento industrial das riquezas extrativas, dos produtos agrícolas graças ao aumento da produtividade mediante o aprimoramento técnico. Em função da expansão do setor agrícola, é criada uma escola de formação de operadores de máquinas agrícolas e rodoviárias (EFOMAGO) e desenvolvida experiência de cooperativismo nos combinados agrícolas, além do implemento do até hoje único laboratório oficial do Centro oeste, a IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás, na produção de medicamentos de uso humano e veterinário.



#FicaDica

O projeto de “ponta de lança” organizado por Getúlio Dorneles Vargas e continuado por Juscelino Kubitschek de Oliveira, interligou a região centro Oeste do país, com o eixo sul/sudeste, proporcionando enormes avanços a região.

A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA FEDERAL BR-153 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA E SOCIEDADE TOCANTINENSES

Quando analisamos a edificação da Rodovia Federal BR-153, precisamos compreender o tamanho de sua extensão e integração que promoveu ao território brasileiro em totalidade, afinal, oficialmente, de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, órgão do Ministério dos Transportes responsável pelas estradas brasileiras, a BR-153 começa no Estado Pará, na cidade de São Domingos do Araguaia e termina no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Aceguá.

Com isso, a BR-153 possui trechos de maior ou menor qualidade/dificuldade, dependendo de vários fatores (alguns deles mais ou menos de natureza permanente, outros temporários). Diferentemente da BR-101 e BR-116, ela não segue a orla marítima, onde está assentada a maior parte da população brasileira, mas sim, permanece sempre no interior, atravessando o Brasil de norte a sul. A BR-153 é uma das principais vias de acesso à região central do Brasil, sendo uma rodovia de grande importância sobretudo para os estados do Tocantins e de Goiás, além da região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais.

Desta forma, a BR-153 foi construída em uma época em que o estado de Goiás (incluindo o atual Tocantins) necessitava de um elo com o restante do Brasil, ou seja; o seu surgimento foi preponderante para o desenvolvimento da região. Durante muito tempo, a BR-153 foi considerada uma rodovia bastante perigosa pela péssima conservação e seu traçado sinuoso no meio do cerrado goiano. Hoje sua duplicação entre Goiânia e Itumbiara, e também, na região sul de Goiás encontra-se totalmente concluída.



FIQUE ATENTO!

A BR-153, também conhecida pelos nomes de Rodovia Transbrasileira e Rodovia Belém-Brasília, sendo a quinta maior do Brasil, totalizando 3.585 quilômetros de extensão. Ao longo de todo o seu percurso, a BR-153 passa pelos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, terminando na Fronteira Brasil-Uruguaí.

A BR-153 é a principal ligação do Meio-Norte do Brasil (estados de Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região geoeconômica Centro-Sul do país. Sendo assim, devido a esse fato e somado ao grande fluxo de veículos, a BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional do Brasil. Algumas importantes cidades brasileiras, assim como Passo Fundo (RS), Marília (SP), São José do Rio Preto (SP), Goiânia (GO), Anápolis (GO), Palmas (TO), Araguaína (TO), Imperatriz (MA), Marabá (PA) e Belém (PA), a utilizam como o principal corredor de escoamento. É também muito utilizada para chegar a regiões turísticas, tais como a estância de Caldas Novas a Rio Quente (GO), as cidades históricas de Pirenópolis e Goiás Velho (GO), o Rio Araguaia, a Ilha do Bananal, o Rio Tocantins, o Jalapão, o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, em Filadélfia (TO), a Chapada das Mesas, no Maranhão, o lago da Usina de Serra da Mesa, em Goiás, a região do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina. Além destas regiões, a BR-153 também é utilizada como rota de acesso a outras importantes capitais do país, tais como Brasília, Macapá, São Luís, Teresina e São Paulo.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL, DIVISÃO POLÍTICA, REGIÕES ADMINISTRATIVAS, REGIONALIZAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Quando pensamos em divisão do Brasil em regiões, é uma preocupação que esteve presente desde a criação do IBGE. A necessidade de um conhecimento aprofundado do Território Nacional, visando, na década de 1940, mais diretamente à sua integração e, nas divisões posteriores, à própria noção de planejamento como suporte à ideia de desenvolvimento, passou a demandar a elaboração de divisões regionais mais detalhadas do País, isto é, baseadas no agrupamento de municípios, diferentemente das divisões até então realizadas pelo agrupamento dos estados federados. No século XX, foram elaboradas pelo IBGE divisões regionais contemplando os conceitos de Zonas Fisiográficas (década de 1940), Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas (1968 e 1976) e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989). Além disso, diversos artigos foram publicados na *Revista Brasileira de Geografia* tratando da regionalização do país.

Assim sendo, a Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 resgata também o contexto político-institucional das regionalizações feitas pelo IBGE no século XX, a concepção metodológica que baseou cada uma delas bem como artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*. Desta forma, o recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017 incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/ articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. O recurso metodológico

ÍNDICE

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TO

Lei Orgânica do Município.....	01
Lei 1.435/93 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município) e alterações posteriores até a data de publicação deste Edital.....	28

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

A Comunidade Portuense, por seus representantes eleitos, legitimamente investidos de Poder Legislativo Municipal Constituinte, invocando a proteção de Deus, inspirados nos princípios constitucionais da República, do Estado Tocantinense, e no ideal de organizar o Município assegurando ao, munícipes instrumento seguro e claro de que a administração pública se pautará sempre pelo bem-estar da comunidade, e pela justiça de seus procedimentos, decreta e promulga a presente.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Título I DO MUNICÍPIO CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

SEÇÃO I

Dos Fundamentos Municipais

Art. 1º O Município de Porto Nacional é unidade do território do Estado do Tocantins e integra a República Federativa do Brasil, exercendo as competências que não lhe são vedadas pela Constituição Federal, atendidas as disposições da Constituição Estadual.

Art. 2º O Município de Porto Nacional é unidade autônoma, política, legislativa, administrativa e financeiramente, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas leis que adotar, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Art. 3º A sede do Município, dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

Art. 4º São símbolos do Município, definidos em Lei, a bandeira, o brasão e o hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 5º São Poderes Municipais, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo. Todo poder emana do povo.

§ 1º O Governo municipal é exercido pela Câmara de Vereadores e pelo Prefeito, assegurada a participação da iniciativa popular nos termos desta lei orgânica.

§ 2º É vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições.

§ 3º O cidadão, investido na função de um dos poderes, não poderá exercer a de outro, salvo as exceções aqui previstas.

Art. 6º Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os munícipes administrados e o devido processo legal, especialmente quanto às exigências de publicidade, da razoabilidade, da eficiência, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados.

SEÇÃO II

Dos Princípios e Objetivos Fundamentais

Art. 7º São princípios municipais, além dos adotados pela Constituição Federal:

I - a independência e autodeterminação municipal;

II - o controle do Estado de Direito, pelo cidadão;

III - a prevalência dos direitos humanos e dos interesses coletivos;

IV - a cooperação pacífica entre as comunidades tocan-
tinentes integradas regional e estadualmente, e com os demais Municípios brasileiros;

V - fundamentar o desenvolvimento municipal nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, preservada a dignidade e a liberdade dos cidadãos, e a solidariedade entre os munícipes.

Art. 8º São objetivos fundamentais do Município, entre outros:

I - promover o bem-estar da comunidade sem qualquer preconceito ou formas de discriminação;

II - garantir o desenvolvimento municipal equilibrado, preservando os valores e a cultura da comunidade;

III - tutelar, em sua competência, os direitos e as garantias individuais asseguradas aos indivíduos e à coletividade;

IV - promover o cooperativismo e outras formas de associativismo que busquem os interesses da comunidade e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da área rural municipal;

V - prestar serviços públicos por métodos que visem à melhor qualidade, maior eficiência e simplicidade, e modicidade das tarifas.

Art. 9º O Município não se escusará de prestar qualquer serviço público de sua responsabilidade, nem de cumprir seus objetivos fundamentais ou decidir sobre os princípios adotados, sob a alegação da inexistência de norma municipal específica, complementar ou ordinária.

Art. 10. São bens que integram o patrimônio municipal:
I - os que atualmente lhe pertencem e os que vierem a ser-lhe atribuídos, ou forem deles decorrentes, derivados ou acrescidos;

II - os que a lei definir. Parágrafo único. O Patrimônio Municipal será catalogado, inventariado, controlado e preservado, sob pena de crime de responsabilidade e ressalvado o direito de regresso da administração pública sobre o servidor relapso, negligente, imprudente, imperito ou que tenha agido com dolo.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Capítulo I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Organização do Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores como representantes do povo, eleitos e investidos na forma da legislação federal, para uma legislatura.

§ 1º Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

§ 2º O número de Vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral proporcionalmente à população do Município, observadas as disposições do artigo 29 da Constituição Federal. § 2º - O número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal proporcionalmente à população do Município, observadas as disposições do art. 29 da Constituição Federal."

Art. 12 A Câmara Municipal reunir-se-á, em sessão legislativa anual, na sede do Município, independentemente de convocação, de 19 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º No primeiro ano da legislatura, a Câmara reunir-se-á, da mesma forma, em sessões preparatórias, a partir de 19 de janeiro, para a posse de seus membros, para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, e para a eleição de sua Mesa.

§ 2º As reuniões marcadas para as datas fixadas no caput deste artigo serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábado, domingo ou feriado.

§ 3º A sessão legislativa não será interrompida sem deliberação do projeto de lei orçamentária e do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º O Regimento Interno da Câmara disporá sobre suas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes.

§ 5º A convocação extraordinária da Câmara far-se-á por ofício e nos seguintes casos:

I - pelo Prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante, justificado na convocação;

II - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria de seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante, justificado na convocação.

§ 6º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 13. A Câmara Municipal funcionará em sessões públicas, só podendo instalar-se com a presença mínima de um terço dos Vereadores.

§ 1º As deliberações da Câmara e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário prevista na Constituição Federal ou nesta Lei Orgânica.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, considerar-se-á presente o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia da sessão, participar dos trabalhos do Plenário e das deliberações.

§ 3º O voto será público, salvo nos seguintes casos:

I - no julgamento do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereador nos casos previstos na legislação federal ou nesta lei;

II - na eleição dos membros da Mesa e de seus substitutos;

III - na deliberação sobre a nomeação e destituição do Procurador da Câmara Municipal;

IV - na destituição de qualquer componente da Mesa e nos demais casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 14. As sessões da Câmara Municipal deverão ser realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento.

§ 1º As sessões solenes poderão ser realizadas em outro local destinado pela Mesa, na forma que dispuser o Regimento Interno da Câmara. § 2º Verificado a Mesa ser impossível o acesso ou a utilização do recinto da Câmara, lavrar-se-á auto de verificação da ocorrência e serão comunicados todos os Vereadores do local em que deverá ser, realizada a sessão, no prazo e na forma que dispuser o Regimento Interno.

Art. 15. Às dez horas do dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene que se instalará independente de número, sob a presidência do vereador mais votado entre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º O Vereador que não tomar posse nessa ocasião, deverá fazê-lo até a primeira sessão ordinária da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo ou de força maior aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se.

Na mesma ocasião e ao término do mandato, farão declaração pública de seus bens.

Art. 16. Imediatamente após a posse, os vereadores se reunirão sob a presidência do mais votado entre os presentes, e elegerão os componentes da Mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Legislativa Municipal, os quais serão imediatamente empossados.

§ 1º Não havendo número legal para deliberação, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 2º O Regimento Interno da Câmara disporá sobre os procedimentos para a eleição dos componentes da Mesa.

Art. 17. A Mesa da Câmara será composta, no mínimo, do Presidente, Vice-Presidente, do 1º Secretário e do 2º Secretário, que se substituirão nesta ordem em suas respectivas ausências ou impedimentos, e decidirá pela maioria de seus membros.

§ 1º Na constituição da Mesa e das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos com assento na Câmara Municipal.

§ 2º Na ausência dos membros da Mesa, assumirá a presidência o vereador mais votado entre os presentes, na forma que dispuser o Regimento Interno da Câmara. § 3º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído por iniciativa de qualquer vereador e pelo voto de três quintos dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas funções regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato, assegurada ampla defesa.

Art. 18. O mandato da Mesa será de um ano, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 1º A eleição da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da respectiva sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 2º As funções e atribuições dos membros da mesa serão fixadas nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara.

Art. 19. Na primeira sessão ordinária de cada sessão legislativa, os membros dos partidos políticos com assento na Câmara indicarão à Mesa, em documento por eles subscrito, seus respectivos Líderes.

§ 1º Os Líderes indicarão os respectivos vice-líderes, que os substituirão em suas faltas ou impedimentos, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

§ 2º · Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões da Câmara.

Art. 20. A Câmara terá Comissões Permanentes e Especiais.

§ 1º · Às Comissões Permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe: I emitir parecer sobre matéria que lhe é afeta;

II - acompanhar a execução orçamentária;

III - fiscalizar e acompanhar programas de obras, planos municipais, distritais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir pareceres;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil ou associações representativas da comunidade local;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Pública direta ou indireta;

VII - convocar os auxiliares diretos do prefeito para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições, previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;

VIII - tomar o depoimento de autoridade e solicitar o de cidadão;

IX - velar pela completa adequação dos atos do Poder Executivo que regulamentem dispositivos legais de sua área.

§ 2º · As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara, serão criadas mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara Municipal, para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões encaminhadas aos órgãos competentes do município, ou ao Ministério Público, para que promovam as responsabilidades civis, penais e administrativas de quem de direito.

§ 3º As Comissões Especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos, e a representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

Art. 21. A Câmara Municipal elaborará o seu Regimento Interno observando as disposições desta lei orgânica, e dispondendo sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços, e especialmente ainda, sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III - número de reuniões mensais e sua realização;

IV - comissões;

V - suas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes;

VI - deliberações, processos, tramitações e questões de ordem;

VII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 22. Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá:

I - convocar quaisquer dos auxiliares diretos do Prefeito para prestar pessoalmente informações acerca de assuntos previamente estabelecidos, no prazo de até 20 (vinte) dias da convocação;

II - encaminhar, através da Mesa, pedidos escritos de informação, requerimentos, moções e indicações ao Prefeito ou quaisquer de seus auxiliares diretos.

§ 1º Importará crime de responsabilidade a recusa ao comparecimento, à prestação das informações solicitadas ou prestação de informações não verdadeiras, sem prejuízo de outras sanções penais ou administrativas que possam ser-lhes atribuídas.

§ 2º Caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, passível de instauração de processo e cassação do respectivo mandato, se o auxiliar direto do prefeito convocado ou a quem fora solicitada informação, faltoso, for vereador licenciado ou não.

Art. 23. Qualquer auxiliar direto do prefeito, ou o próprio prefeito, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer Comissão da Câmara, para expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo, não podendo ser-lhe recusada a oportunidade.

Parágrafo único. O prefeito municipal, por sua própria iniciativa, poderá comparecer, em substituição a qualquer de seus auxiliares diretos convocados pela Câmara a prestar esclarecimentos, ou prestar em lugar deles as informações que lhes tenham sido solicitadas na forma desta lei orgânica.

Art. 24. Compete à Mesa, entre outras atribuições:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - apresentar, em tempo hábil, a proposta orçamentária anual do Poder Legislativo, bem como projetos de lei dispondendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

III - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos planos de carreira e remuneração, provendo-os, nos termos da lei;

IV - indicar ao Plenário da Câmara, em lista tríplice, os nomes a serem votados para provimento da Procuradoria da Câmara, nos termos desta lei orgânica

Art. 25. Compete ao Presidente, entre outras atribuições:

I- representar Câmara em juízo ou fora dele;

II- dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções, decretos legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo prefeito;

- VI - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;
- VII - autorizar e ordenar as despesas da Câmara;
- VIII - representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- IX - encaminhar, para apreciação e parecer prévio, os balancetes mensais e a prestação de contas do Município, ao Tribunal de Contas do Estado.

SEÇÃO III Das Atribuições do Poder Legislativo

Art. 26. Compete privativamente à Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

- I - eleger sua mesa;
- II - elaborar o seu Regimento Interno;
- III - criar suas comissões permanentes ou temporárias;
- IV - criar e organizar os seus serviços administrativos internos, prover e extinguir os respectivos cargos, estruturar seus planos de carreira e fixar suas vantagens e vencimentos;
- V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a ausentar-se do Município, nos termos da lei;
- VIII - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito, deliberando sobre o parecer prévio das contas municipais emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, no prazo de quarenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:
 - a) o parecer do tribunal só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;
 - b) decorrido sem deliberação o prazo previsto, as contas municipais serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se todas as demais deliberações do Plenário até que se ultime a votação sobre elas;
 - c) rejeitadas as contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os fins de direito;
- IX - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara dentro de 60 (sessenta) dias contados da abertura da sessão legislativa;
- X - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;
- XI - decretar a perda do mandato do Prefeito e de qualquer Vereador, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta lei orgânica e na legislação aplicável;
- XII - autorizar a contratação de empréstimo ou a realização de operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;
- XIII - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outras pessoas de direito público interno ou entidades assistenciais e culturais;
- XIV - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;
- XV - convocar o Prefeito ou qualquer de seus auxiliares diretos para prestar esclarecimentos, apazando dia e hora para o comparecimento;

- XVI - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;
 - XVII - instituir Comissão Parlamentar de Inquérito;
 - XVIII - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município, ou nele tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta aprovada pelo voto de dois terços dos membros da Câmara;
 - XIX - a Câmara não solicitará intervenção do Estado no Município, exceto quando:
 - a) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
 - b) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
 - c) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;
 - d) o decreto legislativo destinado a prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, limitando-se a suspender a execução do ato impugnado, não bastar ao restabelecimento da normalidade;
 - XX - fixar, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos auxiliares diretos do Prefeito, observadas as disposições seguintes:
 - a) isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho;
 - b) respeito à relação legalmente estabelecidos entre a maior e a menor remuneração dos servidores municipais, observada, como limite máximo, a remuneração percebida em espécie, pelo Prefeito;
 - c) incidência de impostos nos termos dos artigos 150, II; 153 III e 153 § 2º, I, da Constituição Federal;
 - d) irredutibilidade de vencimentos e observância do artigo 37 inciso XII e XIII, da Constituição Federal;
 - XXI - fixar, em cada legislatura para a subsequente, as verbas de representação do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal, observadas as alíneas do inciso anterior;
 - XXII - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;
 - XXIII - suspender, no todo ou em parte, a execução de lei ou ato normativo julgado inconstitucional em decisão definitiva;
 - XXIV - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face das atribuições normativas de outros Poderes;
 - XXV - conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;
 - XXVI - tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Câmara Municipal, nos mesmos termos daquelas prestadas pelo Prefeito, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo e as mensagens anualmente remetidas pelo Poder Executivo.
- § 1º Decreto legislativo estabelecerá os requisitos necessários para a outorga das agraciações de que trata o inciso XVI.
- § 2º Decreto legislativo fixará as remunerações e as verbas de representação de que tratam os incisos XX e XXI, até sessenta dias antes das eleições municipais.

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Noções de Administração Geral: Administração: conceitos e objetivos; níveis hierárquicos e competências gerenciais. Noções de Planejamento, organização, Direção e Controle.....	01
Noções de documentação: conceito, importância,natureza, finalidade, características, fases do processo de documentação e classificação.....	12
Noções de arquivo: conceito, tipos, importância, organização, conservação e proteção de documentos.....	17
Noções de Gestão de Pessoas: conceito; objetivos; recrutamento; seleção; treinamento.....	34
Noções de Administração de Materiais: conceitos. Noções fundamentais de compras.....	66
Licitação no serviço público: conceito; finalidade; princípios; modalidades; cadastro de fornecedores; noções básicas de almoxarifado e recebimento de materiais.....	79
Decreto Federal nº 5.378/2005 – Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.....	89
Noções de Direito Constitucional: Constituição; Conceito, classificações, princípios fundamentais.....	93
Direitos e garantias fundamentais.....	93
Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos..	102
Organização político-administrativa; União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	122
Administração pública; Disposições gerais, servidores públicos.....	136
Noções de Direito Administrativo: Noções de organização administrativa; Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	155
Ato administrativo; Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.....	163
Poderes administrativos; Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder.....	170
Licitação; Princípios; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento.....	175
Noções de saúde pública,epidemiologia e saneamento.....	208

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS; TIPOS DE ORGANIZAÇÃO. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS. DEPARTAMENTALIZAÇÃO. ORGANOGRAMAS E FLUXOGRAMAS.

Como bem definiu Houaiss, a Administração é o

conjunto de normas e funções cujo objetivo é disciplinar os elementos de produção e submeter a produtividade a um controle de qualidade, para a obtenção de um resultado eficaz, bem como uma satisfação financeira.

O papel profissional do administrador surgiu na gestão das companhias de navegação inglesa, a partir do século XVII, e envolve ações elaborar planos, pareceres, relatórios e desenvolvimento de projetos, fazer uso de indicadores, medir resultados e desempenhos, sempre com a aplicação dos conhecimentos e técnicas que norteiam a Administração.

Segundo Jonh W. Riegel,

O êxito do desenvolvimento de executivos em uma empresa é resultado, em grande parte, da atuação e da capacidade dos seus gerentes no seu papel de educadores. Cada superior assume este papel quando ele procura orientar e facilitar os esforços dos seus subordinados para se desenvolverem.

Administração – *objetivos, decisões e recursos* são as palavras-chave na definição do conceito de administração. Administração é o processo de tomar e colocar em prática decisões sobre objetivos e utilização de recursos.

A Administração e o papel do administrador



Segundo Chiavenato, as variáveis que representam o desenvolvimento da TGA são: tarefas, estrutura, pessoas, ambiente, tecnologia e competitividade.

Na ocorrência de novas situações, as teorias administrativas se adaptam a fim de continuarem aplicáveis.

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.

Reinaldo Oliveira da Silva (2001)

Como se percebe, a Administração extrapola a ideia limitada de “gerir uma empresa”.

A administração representa uma habilidade capaz de, por meio da utilização adequada e inteligente dos diversos recursos existentes na organização, alcançar os objetivos definidos via planejamento, organização, direção e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

Montana e Charnov

A Administração compreende um conjunto de características que envolvem atividades interligadas, busca por resultados, uso de recursos disponíveis, processos administrativos e, para isso, faz-se necessário o uso de mais de uma habilidade, conforme vemos abaixo:

- Habilidades Técnicas: aquelas que fazem uso de conhecimento especializado e procedimentos específicos e podem ser obtidas por meio de instrução.
- Habilidades Humanas: tratam-se de aspectos pessoais observados no CHA, envolvem também aptidão, pois interagem com as pessoas e suas atitudes, exigem compreensão para liderar com eficiência.
- Habilidades Conceituais: englobam um conhecimento geral das organizações; o gestor precisa conhecer cada setor, como ele trabalha e para que ele existe.

ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO – ABORDAGENS CLÁSSICA, BUROCRÁTICA E SISTÊMICA DA ADMINISTRAÇÃO

O pensamento administrativo caracteriza um ponto de vista em relação à organização e sua gestão.

Quando temos vários pontos de vista sobre isso, temos então o conceito de Teorias Administrativas, que são agrupadas por correntes ou escolas, sendo que essas, conforme definição de Maximiano (2006), tratam-se da mesma linha de pensamento ou conjunto de autores que utilizam o mesmo enfoque.

Portanto, diferentes pensamentos administrativos = teorias administrativas = mesma linha de pensamento ou conjunto de autores com mesmo enfoque.

1. As Teorias Administrativas

As principais teorias ou abordagens sobre administração estão classificadas de acordo com as variáveis privilegiadas, sendo essas, na ordem, “ênfase em tarefas”, “ênfase em estruturas”, “ênfase nas pessoas”, “ênfase no ambiente” e “ênfase na tecnologia”. Cada uma delas tem seu pano de fundo com seus contextos históricos, enfatizando os problemas frequentes e destacáveis à época de sua fundamentação, além de, ao focar um aspecto, omitir ou relegar os demais a um plano secundário.

Dentre as razões que contribuíram para o surgimento das teorias da administração, podemos destacar:

- Consolidação do capitalismo (lógica de mercado) e de novos modos de produção e organização de trabalho, que levou ao processo de modernização da

sociedade (substituição da autoridade tradicional pela autoridade racional-legal);

- Crescimento acelerado da produção e força de trabalho desqualificada;
- Ausência de sistematização de conhecimentos em gestão.

Vejamos alguns aspectos de cada uma delas, iniciando pela Teoria Clássica, considerada a base de todas as teorias posteriores.

A primeira escola foi a Clássica, responsável pela ênfase nas tarefas por Frederick Taylor e Henry Ford e fonte de embasamento de todas as outras teorias posteriores.

As mudanças ocorridas no início do Séc. XX, em decorrência da Revolução Industrial, exigiram métodos que aumentassem a produtividade fabril e economizassem mão de obra evitando desperdícios, ou seja, "a improvisação deve ceder lugar ao planejamento e o empirismo à ciência: a Ciência da Administração." (Chiavenato, 2004, p. 43).

A abordagem clássica da administração se divide em:

- Administração Científica – defendida por Frederick Taylor.
- Teoria Clássica – defendida por Henry Fayol.

Os dois autores acima citados partiram de pontos distintos com a preocupação de aumentar a eficiência na empresa.

Taylor se preocupava basicamente com a execução das tarefas, enquanto Fayol se preocupava com a estrutura da organização.

Frederick Taylor buscou o aumento produtivo tomando como base a eficiência dos trabalhadores. Por meio da observação do comportamento dos trabalhadores e dos modos de produção, identificou falhas no processo produtivo responsáveis pela baixa produtividade, despertando-o para a necessidade de criação de um método racional padrão de produção. A esse modelo deu-se o nome de Administração Científica, "devido à tentativa de aplicação dos métodos da ciência aos trabalhos operacionais a fim de aumentar a eficiência industrial. Os principais métodos científicos são a observação e mensuração." (CHIAVENATO, 2004, p. 41).

Henri Fayol enfatizou a estrutura organizacional e defendia que: [...] a eficiência da empresa é muito mais do que a soma da eficiência dos seus trabalhadores, e que ela deve ser alcançada por meio da racionalidade, isto é, da adequação dos meios (órgãos e cargos) aos fins que se deseja alcançar. (Chiavenato, 2000, p. 11).

Fayol traz em sua teoria funcionalista a abordagem prescritiva e normativa, uma vez que a ciência administrativa, como toda ciência, deve basear-se em leis ou princípios globalmente aplicáveis. Sua maior contribuição para a administração geral são as funções administrativas – prever, organizar, comandar, coordenar e controlar – que são as próprias funções do administrador ainda nos dias atuais.

Nesse modelo, a função administrativa difunde-se proporcionalmente a todos os níveis hierárquicos, deitando, portanto, de ser algo inerente à alta gerência.

1.1 Administração Científica – Pressupostos de Frederick Taylor

- Organização Formal;
- Visão de baixo para cima; das partes para o todo;
- Estudo das Tarefas, Métodos, Tempo padrão;
- Salário, incentivos materiais e prêmios de produção;
- Sistema fechado: foco nos processos internos e operacionais;
- Padrão de Produção: eficiência, racionalidade;
- Divisão equitativa de trabalho e responsabilidade entre direção e operário;
- Ser humano egoísta, racional e material: homo economicus;
- Estudo de Tempos e Movimentos e Métodos;
- Desenho de cargos e tarefas;
- Seleção Científica do Trabalhador (eliminação de todos que não adotem os métodos);
- Preocupação com fadiga e com as condições de trabalho;
- Padronização de instrumentos de trabalho;
- Divisão do Trabalho e Especialização;
- Supervisão funcional: autoridade relativa e dividida a depender da especialização e da divisão de trabalho.

Princípios da Administração Científica

- Desenvolvimento de uma ciência de Trabalho: uma investigação científica poderá dizer qual a capacidade total de um dia de trabalho, para que os chefes saibam a capacidade de seus operários.
- Seleção e Desenvolvimento Científicos do Empregado: para atingir o nível de remuneração prevista o operário precisa preencher requisitos;
- Combinação da Ciência do trabalho com a Seleção do Pessoal: os operários estão dispostos a fazer um bom trabalho, mas os velhos hábitos da administração resistem à inovação de métodos.
- Cooperação entre Administração e Empregados: uma constante e íntima cooperação possibilitará a observação e medida sistemática do trabalho e permitirá fixar níveis de produção e incentivos financeiros

Princípios de Taylor

- Princípio da separação entre o planejamento e a execução;
- Princípio do preparo;
- Princípio do controle;
- Princípio da exceção.

1.2 Teoria Clássica – Pressupostos de Henry Fayol

- Anatomia – estrutura;
- Fisiologia – funcionamento;
- Visão de cima para baixo; do todo para as partes;
- Funções da Empresa: Técnica, Comercial, Financeira, Segurança, Contábil, Administrativa (coordena as demais);
- Abordagem Prescritiva e Normativa.

Funções da Administração Clássica - processo organizacional

- Prever: adiantar-se ao futuro e traçar plano de ação.
- Organizar: constituir o organismo material e social da empresa.
- Comandar: dirigir o pessoal.
- Coordenar: ligar, unir e harmonizar os esforços.
- Controlar: tudo corra de acordo com as regras.

Princípios gerais da Administração Clássica

- Divisão do Trabalho: especializar funções;
- Autoridade e Responsabilidade: direito de mandar e poder de se fazer obedecer;
- Disciplina: estabelecer convenções, formais e informais com seus agentes, para trazer obediência e respeito;
 - Unidade de comando: recebimento de ordens de apenas um superior – princípio escalar;
 - Unidade de direção: um só chefe e um só programa para um conjunto de operações que tenham o mesmo objetivo;
 - Subordinação do particular ao geral: O interesse da empresa deve prevalecer ao interesse individual;
 - Remuneração do pessoal: premiar e recompensar;
- Centralização: concentrar autoridade no topo;
- Cadeia escalar ou linha de comando: linha de autoridade que vai do topo ao mais baixo escalão;
 - Ordem: um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar;
 - Equidade: tratar de forma benevolente e justa;
 - Estabilidade: manter as pessoas em suas funções para que possam desempenhar bem;
 - Iniciativa: liberdade de propor, conceber e executar;
 - Espírito de equipe: harmonia e união entre as pessoas.

1.3 Comparativo entre Administração Científica e Escola Clássica

Enquanto a administração científica preocupava-se com a melhoria da produtividade no nível operacional, a gestão administrativa preocupava-se com a organização em geral e a busca da efetividade.

1.4 Abordagem Burocrática

Defendida por Max Weber, que é considerado o “pai da burocracia”, também tem como base a estrutura organizacional.

Weber distingue três tipos de sociedade e autoridades legítimas:

- Tradicional: patrimonial, patriarcal, hereditário e delegável.
- Carismática: personalística, mística.
- Legal, racional ou burocrática: impessoal, formal, meritocrática.

Outro ponto destacado por Weber é a distinção entre Autoridade e Poder.

- Autoridade: probabilidade de que um comando ou ordem específica seja obedecido – poder oficializado.
- Poder: potencial de exercer influência sobre outros, imposição de arbítrio de uma pessoa sobre outras.

A Burocracia surge na década de 40 em razão da fragilidade da teoria clássica e relações humanas, buscando organizar de forma estável, duradoura e especializada a cooperação de indivíduos, apresentando uma abordagem descritiva e explicativa, mantendo foco interno e estudando a organização como um todo.

Principais características:

- Caráter legal das normas;
- Caráter formal das comunicações;
- Divisão do trabalho e racionalidade;
- Impessoalidade do relacionamento;
- Hierarquização da autoridade;
- Rotinas e procedimentos padronizados;
- Competência técnica e mérito;
- Especialização da administração – separação do público e privado;
 - Profissionalização: especialista, assalariado; segue carreira.

Vantagens Principais:

- Racionalidade;
- Precisão na definição do cargo;
- Rapidez nas decisões;
- Univocidade de interpretação;
- Continuidade da organização;
- Redução do atrito entre pessoas;
- Constância;
- Confiabilidade;
- Benefícios para as pessoas;
- O nepotismo é evitado, dificulta a corrupção.

A maior vantagem é a democracia: em razão da impessoalidade e das regras legais, que permitem igualdade de acesso.

Desvantagens:

- Internalização das normas;
- Excesso de formalismo e papelório;
- Resistência a mudanças;
- Despersonalização do relacionamento;
- Categorização do relacionamento;
- Superconformidade às rotinas e procedimentos;
- Exibição de sinais de autoridade;
- Dificuldades com clientes.

1.5 Abordagem Sistêmica

Defendida por Ludwig Von Bertalanffy, a Teoria de Sistemas defende que os sistemas existem dentro de sistemas e apresenta a Teoria da forma ou Gestalt. Os Sistemas abertos têm um objetivo ou propósito e as partes são interdependentes, provocando globalismo.

Características:

- Sistema: um conjunto ou combinação de partes, formando um todo complexo ou unitário.
- Organização como sistema vivo: orgânico.
- Comportamento não determinístico e probabilístico.
 - Interdependência entre as partes.
 - Entropia: característico dos sistemas fechados e orgânicos, estabelece que todas as formas de organização tendem à desordem ou à morte.
 - Negentropia ou Entropia negativa: os sistemas sociais se reabastecem de energia, assegurando suprimento contínuo de materiais e pessoas.
 - Homeostase dinâmica ou Estado Firme: regula o sistema interno para manter uma condição estável, mediante múltiplos ajustes de equilíbrio dinâmico de ruptura e inovação.
 - Fronteiras ou limites: define a área da ação do sistema e o grau de abertura em relação ao meio ambiente.
 - Diferenciação: os sistemas tendem a criar funções especializadas – Integração (coordenação).
 - Equifinalidade: um sistema pode alcançar o mesmo estado final a partir de diferentes condições iniciais.
 - Resiliência: determina o grau de defesa ou vulnerabilidade do sistema a pressões ambientais externas.
 - Holismo: o sistema só pode ser explicado em sua globalidade.
 - Sinergia: o todo é maior que a soma das partes.
 - Morfogênese: capacidade das organizações de modificar a si mesmo e a estrutura.
 - Fluxos: componentes que entram e saem do sistema (informação, energia, material).
 - Feedback: é a retroalimentação, como controle do sistema, no qual os resultados retornam ao indivíduo, para que os procedimentos sejam analisados e corrigidos.
 - Homem Funcional: desempenha um papel específico nas organizações, inter-relacionando-se com os demais indivíduos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Como vimos anteriormente, a **Administração** é o ato de administrar ou gerenciar negócios, pessoas ou recursos, com o objetivo de alcançar metas definidas.

A gestão de uma empresa ou organização faz-se de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção e controle.

Segundo alguns autores (Montana e Charnov), o ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

O processo administrativo apresenta-se como uma sucessão de atos, juridicamente ordenados, destinados todos à obtenção de um resultado final. O procedimento é, pois, composto de um conjunto de atos, interligados e progressivamente ordenados em vista da produção desse resultado.

O devido processo legal simboliza a obediência às normas processuais estipuladas em lei; é uma garantia constitucional concedida a todos os administrados, as-

segurando um julgamento justo e igualitário, assegurando a expedição de atos administrativos devidamente motivados bem como a aplicação de sanções em que se tenha oferecido a dialeticidade necessária para caracterização da justiça. Decisões proferidas pelos tribunais já têm demonstrado essa posição no sistema brasileiro, qual seja, de defesa das garantias constitucionais processuais no sentido de conceder ao cidadão a efetividade de seus direitos.

Seria insuficiente se a Constituição garantisse aos cidadãos inúmeros direitos e não garantisse a eficácia destes. Nesse desiderato, o princípio do devido processo legal ou, também, princípio do processo justo, garante a regularidade do processo, a forma pela qual o processo deverá tramitar, a forma pela qual deverão ser praticados os atos processuais e administrativos.

Cabe ressaltar que o princípio do devido processo legal resguarda as partes de atos arbitrários das autoridades jurisdicionais e executivas.

O processo é composto de fases e atos processuais rigorosamente seguidos, viabilizando às partes a efetividade do processo, não somente em seu aspecto jurídico-procedimental, mas também em seu escopo social, ético e econômico, assegurando o cumprimento dos princípios constitucionais processuais, somente aí ter-se-á a efetivação de um Estado Democrático de Direito.

Toda atuação do Estado há de ser exercida em prol do público, mediante processo justo e mediante a segurança dos trâmites legais do processo.

FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE

A **administração**, assim como suas **funções**, sofreu constantes mudanças, muito visíveis no último século. Com a chegada de novas tecnologias, novas formas de produção, vendas, logística e mudanças na parte contábil e financeira as teorias assim como a prática precisaram adaptar-se a uma nova realidade administrativa.

Das **funções da administração** de Henri Fayol (precursor dessa teoria), podemos encontrar as seguintes que são demonstradas como **PO3C**: A primeira delas é:

Planejar, isso significa que você terá que criar planos para o futuro de sua organização. Nesse momento, começamos a programar o que estava no planejamento com o objetivo claro de colocar em prática o que está no papel, e é durante este passo da programação que vemos a estrutura organizacional, a situação da empresa e das pessoas que a compõem.

A segunda função da administração é **organizar**. Afinal, qual o sentido de ser uma pessoa organizada? É aquela que sabe onde, fisicamente, se encontra o que é necessário no momento certo? Que transforma o ambiente/local de trabalho dela em um ambiente de fácil entendimento para qualquer um encontrar o que precisa? Também, mas, no sentido que Fayol define, é que as empresas são feitas de pessoas e de estrutura física, essa função administrativa utiliza da parte material e social da empresa.